



Análises e propostas

Crise ambiental e a Rio+20 na visão da sociedade e do governo brasileiro

Josué Medeiros



Análises e propostas

Crise ambiental e a Rio+20 na visão da sociedade e do governo brasileiro

Josué Medeiros

Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IESP) da UERJ. Pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

Nº 43 | abril de 2012

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

O conteúdo apresentado em “Análises e Propostas” representa o ponto de vista dos autores e não necessariamente reflete a opinião da Fundação Friedrich Ebert.

Esta publicação substitui a série anterior “Policy Paper” e também está disponível na internet: www.fes.org.br.

Sumário

1 - Introdução	7
2 - A posição do governo brasileiro	10
2.1 O direito ao desenvolvimento e a exemplaridade do Brasil	11
2.2 Desenvolvimento sustentável e economia verde	12
2.3 Reforma da arquitetura institucional	14
3 - A mobilização e propostas da sociedade civil	15
3.1 Por um novo modelo de produção e consumo	17
3.2 Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a crise da ONU	18
3.3. Transição justa e novos paradigmas	20
4. Conclusão	21
5. Bibliografia e Fontes	25

Apresentação

O texto em mãos busca esmiuçar as posições e conceitos elaborados pelos atores brasileiros fundamentais na dinâmica da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, na sigla em inglês), quais sejam, o governo e a sociedade civil. Trata-se de mais um esforço reflexivo feito com o objetivo de compreender as alternativas e programas construídos no âmbito do Estado brasileiro e também da sociedade civil, bem como avaliar as possibilidades de diálogos e de compromissos entre estas duas esferas no contexto da Rio+20.

No mesmo sentido, a Fundação Friedrich Ebert (FES) e o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) estabeleceram parceria no ano de 2011 para a produção de dois textos relativos ao tema da crise ambiental e a Rio+20 e sua recepção na América do Sul. O primeiro artigo, de Fidel Perez e Regina Kfoury, procurou analisar os acúmulos dos governos da região para a conferência

enquanto o segundo estudo, de Josué Medeiros e Tatiana Oliveira, investigou as opiniões e encaminhamentos organizados pelos movimentos sociais brasileiros e suas redes sul-americanas.

Ambos os trabalhos merecem ser lidos, uma vez que indicam algumas reflexões teóricas sobre o assunto e também porque apresentam outras perspectivas sobre a Rio+20, tais como as dinâmicas dos blocos regionais e as divergências entre os governos ou ainda os conflitos internos à sociedade civil. Ademais, é interessante confrontar o material preparado no ano passado com o presente documento para que se forme uma visão processual acerca do posicionamento do Estado brasileiro e dos movimentos sociais do país sobre economia verde, desenvolvimento sustentável, arquitetura institucional, etc. Os dois textos podem ser encontrados na página <http://observatorio.iesp.uerj.br>, na seção de publicações – observador on-line.

Introdução

Passados 20 anos da realização da Cúpula da Terra, também chamada de ECO-92, a cidade do Rio de Janeiro abrigará neste ano de 2012 mais um grande evento das Nações Unidas: a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) ou apenas Rio+20. A ECO-92 teve sucesso em estabelecer um acordo em torno do desenvolvimento sustentável a partir de uma intensa mobilização da sociedade civil e do engajamento dos Estados. O objetivo da Rio+20 é renovar e atualizar este acordo a partir de dois eixos: o conceito de economia verde e a elaboração de uma nova arquitetura institucional.

A renovação deste pacto será o resultado do balanço do modo pelo qual os países avançaram ou não nos compromissos estabelecidos ao longo destas duas décadas. E sua atualização se faz necessária tendo em vista que a situação política do mundo mudou, é absolutamente distinta daquela do início da década de 1990, o mesmo ocorrendo com as necessidades objetivas de organizar um novo paradigma de relação entre meio ambiente e a humanidade. Neste novo quadro, a atuação do Brasil adquiriu centralidade, não por ser a sede

da Rio+20, mas sim devido à própria configuração deste novo contexto político internacional e em sua conexão com a pauta ecológica e ambiental.

No plano externo, em 1992 o mundo acabara de ver o colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu e da União Soviética. Os Estados Unidos da América afirmavam sua hegemonia sem o antigo rival com o qual polarizou as relações internacionais por pouco mais de 50 anos. O sistema global das Nações Unidas buscava fortalecer o multilateralismo como alternativa à bipolarização que acabara de ruir e com o intuito de evitar o domínio exclusivo dos EUA sobre a agenda e as decisões internacionais.

Na América do Sul a situação também era de reforço do domínio do capital. A maioria das nações da região recém ingressava na institucionalidade democrática, rompendo com o ciclo de regimes militares. O processo de redemocratização destes países se iniciou nos anos 1980, e se deu sob a influência do projeto neoliberal. Todos aderiram de forma mais ou menos radical ao receituário econômico do neoliberalismo.

A aceitação ao neoliberalismo se materializou no Brasil na eleição de Collor de Mello como o primeiro presidente eleito no país desde 1960, que governou entre os anos 1990 e 1992, até sofrer impeachment do Congresso Nacional devido a denúncias de corrupção. Collor, que derrotou a primeira candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, procurou aplicar as propostas neoliberais enquanto durou seu mandato, dentre elas o ajuste fiscal para pagamento da dívida externa, privatizações e abertura da economia brasileira para o comércio e investimentos internacionais¹.

A situação atual é outra. A política internacional continua pautada pelo predomínio estadunidense, mas este se depara com novos desafios. A crise econômica que em 2008 atingiu os EUA foi apenas um capítulo deste novo cenário, que contém ainda a emergência de países em desenvolvimento como importantes atores globais, China à frente de um grupo que inclui Índia, Rússia, África do Sul e Brasil. Em paralelo, a ONU e sua institucionalidade vivem uma crise, devido especialmente à postura unilateral dos EUA que, ignorando a opinião contrária do Conselho de Segurança, levou à frente a invasão do Iraque no ano de 2003. Mas não apenas por isso a ONU perde legitimidade, e o tema do meio ambiente tem sido fundamental para isso, como se verá.

O continente sul-americano vem protagonizando uma das transformações mais significativas no contexto político mundial. A hegemonia neoliberal que abarcou a totalidade dos países da região foi substituída por uma onda de vitórias eleitorais de partidos e movimentos progressistas que propõem a ruptura com o neoliberalismo. Ainda que com enormes diferenças entre eles, com contradições e impasses relacionados à dinâmica interna de cada um – por exemplo, constrangimentos internacionais, limitadores institucionais, capacidade econômica, grau de mobilização da sociedade civil, existência ou não de partidos e sindicatos consolidados, maior ou menor inex-

periência administrativa, peso do Estado, consequências sociais do neoliberalismo, entre outros – tais governos de esquerda tiveram sucesso em superar o ideário neoliberal, ao menos no âmbito do Estado².

O Brasil fez parte deste processo com o governo Lula desde 2003, através da promoção de crescimento econômico com distribuição de renda, calcado no mercado interno, na concessão de crédito aos mais pobres, no significativo aumento real do salário mínimo, em políticas sociais abrangentes e no fortalecimento do papel do Estado na economia³. O Brasil se tornou um importante protagonista da dinâmica internacional, com um direcionamento das suas relações internacionais para a cooperação entre os países em desenvolvimento em geral e para a integração sul-americana especialmente⁴.

Neste sentido, o Brasil sintetiza e simboliza a diferença entre a situação política da época da ECO-92 e a do momento da realização da Rio+20. A este diagnóstico se soma o próprio processo de debates e mobilização em torno da questão ambiental. A importância do tema ecológico na agenda da ONU é parte do processo de reforço do multilateralismo que vem ocorrendo com força a partir do fim da Guerra Fria. Desde os anos 1970, os governos e a sociedade civil mundial vêm debatendo os temas ambientais, com a realização da Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio ambiente, em 1972. Esta conferência foi um ponto de partida para uma série de debates e mobilizações em torno da necessidade de estabelecer uma nova dinâmica para a relação entre o homem e a natureza. O ponto de chegada de tal processo de mobilização foi a ECO-92 e o consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável quer dizer que o progresso das sociedades humanas deve ser medido pela conjugação das dimensões econômica, ecológica e social em torno do pilar da sustentabilidade. Apenas o crescimento econômico não

¹ Sobre este histórico ver Sader, Emir. (2003). *A Vingança da História*, São Paulo: Boitempo, 2003

² Lima, Maria Regina Soares (2008). *Desempenho de governos progressistas no Cone Sul*, Rio de Janeiro: Edição IUPERJ, 2008

³ Ver Mineiro, Adhemar (2010). *Comentários Sobre a Política Econômica brasileira entre 2003 e 2008*. In: Bustos, Pablo. *Consenso Progressista. Política Econômica de Los Gobiernos Del Cono SUS: Elementos Comunes, Diferencias Y Aprendizajes*. Buenos Aires: 2010.

⁴ Lima, Maria Regina Soares (2008). *Idem*.

corresponde a uma melhor situação de vida para as pessoas. É preciso que o incremento da atividade econômica inclua uma melhoria dos indicadores sociais tais como o fim da miséria e da pobreza, distribuição de renda, universalização de direitos como saúde, educação, segurança alimentar. Estes objetivos só podem ser alcançados caso a sociedade estabeleça uma nova relação com o meio ambiente, baseada na sustentabilidade, o que implica em garantir a preservação de biomas ameaçados, um uso racional dos recursos naturais, incluindo neste caso a terra e água.

Em suma, não é possível universalizar o progresso humano sem articular as dinâmicas econômica, social e ambiental: a segurança alimentar não pode ser garantida sem a alteração da relação do homem com a terra e com a agricultura a partir de outros paradigmas que não os do comércio internacional e a erradicação da miséria não será conquistada sem a generalização do direito à água e ao saneamento básico.

Para além desse consenso inicial em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, pouco se caminhou entre os governos no que tange à concretização de um novo paradigma para as relações entre meio ambiente e a humanidade, em que pese os movimentos sociais do mundo todo terem avançado na elaboração de um programa que viabilize este novo paradigma. O modelo de desenvolvimento dominante ainda se sustenta no uso de recursos naturais limitados e não renováveis, com a produção de altas taxas de emissões de gases de efeito estufa. O preço da energia sofreu um aumento significativo nos últimos 20 anos, retrato da escassez de recursos naturais. A fome e a miséria afetam 2 bilhões de pessoas, segundo dados da ONU, ainda que a produção de alimentos e sua circulação comercial apresentem crescimento nestas últimas décadas. Os danos ao ambiente e ao clima são profundos, como atestam os cada vez mais frequentes desastres naturais.

Nos últimos anos a crise climática tem se vinculado à crise econômica e de justiça social. Tal fato vem provocando resultados contraditórios na dinâmica internacional em torno da agenda

ambiental. Por um lado, o debate sobre desenvolvimento sustentável regressa com força na política internacional. A importância que as Conferências das Partes (COPs), que são reuniões anuais dos países da ONU para debate sobre as mudanças climáticas, adquiriram na agenda política internacional, com ampla mobilização da sociedade civil, é um exemplo da força atual do debate ambiental.

Por outro lado, o próprio fracasso destas COPs em elaborar um acordo internacional para solucionar a crise climática resulta desta conexão entre a crise econômica e a crise ambiental. Alguns países desenvolvidos, imersos em uma agenda interna de superação da recessão, não se comprometem com saídas coletivas e pactuadas para o problema das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, certas nações em desenvolvimento não querem abrir mão do velho modelo de produção e consumo para manter seus índices recentes de crescimento econômico, contribuindo para agravar a situação de ausência de propostas práticas que materializem desenvolvimento sustentável. O ceticismo da sociedade civil cresce a cada fracasso nas rodadas de negociação.

O Brasil tem importância crucial para a superação do quadro de ceticismo e paralisia da ONU. O país se tornou um ator político central das relações internacionais. A criação do G-20 em superação ao G-8 já é um indicador. O fortalecimento da integração regional da América do Sul a partir da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e das relações com os demais países em desenvolvimento com a consolidação dos BRICS – sigla que junta Brasil, Rússia, Índia e China, com o adendo recente da África do Sul – também apontam para a mesma direção. E o fato de ser uma sociedade democrática, na qual, desde a vitória do PT, o Estado dialoga abertamente com os movimentos sociais, reforça a autoridade brasileira para atuar na superação do fosso entre a ONU e a sociedade civil.

Na busca pela solução da crise ambiental, o Brasil cumpre papel decisivo, por diversas razões: trata-se de um país que conta com uma sociedade civil crítica e mobilizada, que vem buscando influenciar e pressionar o governo para que se engaje efetivamente na construção e na promoção

do desenvolvimento sustentável. Não obstante, o Estado brasileiro busca apresentar seu atual desenvolvimento econômico em meio à crise de EUA, União Europeia e Japão, como exemplo a ser seguido por combinar crescimento com melhoria contínua dos indicadores sociais. O fato de o Brasil ser um dos maiores poluidores mundiais devido ao desmatamento da floresta Amazônica atiza tanto a mobilização da sociedade civil quanto a ação governamental, que procurou apresentar metas ousadas de controle das emissões de poluentes nos últimos fóruns da ONU.

Enfim, por estas razões este texto buscará analisar as propostas e conceitos elaborados pelo governo brasileiro para a Rio+20, levando em conta que o posicionamento do Brasil na conferência se relaciona com uma dinâmica global e regional, bem como as alternativas e programas construídos no âmbito da sociedade civil do país, também tomando por base as articulações regionais que movimentos sociais e organizações não governamentais brasileiras estabelecem com a sociedade civil sul-americana e internacional. O objetivo é entender as possibilidades de diálogos entre estas duas dimensões da mobilização política e social no debate ecológico.

2 . A posição do governo brasileiro

Não é tarefa simples mapear as posições dos governos no âmbito das negociações da Rio+20. O processo, que se inicia com a apresentação, pelas Nações Unidas, de um documento inicial chamado Rascunho Zero, se desenrola em uma dinâmica de articulações entre os países para alterar o texto, excluindo partes discordantes e apresentando emendas as mais variadas. Estas contribuições posteriores à versão inicial são agrupadas em blocos de países (países desenvolvidos; BRICS; G-77 + China; Alba; Mercosul, entre outros) que muitas vezes se misturam e se confundem. Nesta edição pelos grupos de nações não há sequer a identificação de qual país fez a proposta ou quais foram aqueles que apenas endossaram a nova redação.

Há ainda a própria dinâmica interna de cada país no que tange à divulgação de suas posições sobre os temas oficiais da conferência. Para se ter

uma ideia desta dificuldade, o único documento público do governo brasileiro sobre a Rio+20 data de 1º de Novembro de 2011, ao passo que o Rascunho Zero da ONU veio a público em 10 de janeiro de 2012. E, embora a primeira rodada de negociações da ONU tenha se iniciado em 25 de Janeiro de 2012 e a mesa mais recente de discussões sobre o Rascunho Zero tenha ocorrido entre os dias 19 e 27 de Março de 2012, não há oficialmente qualquer posição do Estado brasileiro sobre estas conversações.

Ademais, nesta fase este processo é conduzido fundamentalmente pela burocracia da ONU e pelas diplomacias de cada nação – em parceria com funcionários do governo especializados no tema e com participação de alguns atores da sociedade civil – de forma automática e relativamente independente da vontade final que os Chefes de Estado manifestarão na cúpula e nas negociações definitivas com seus pares.

Como exemplo deste funcionamento, em 2009 o Brasil anunciou metas voluntárias de redução dos gases de efeito estufa poucos dias antes da realização da COP 15, em Copenhague, sem este fato ter relação com o que o Itamaraty e os demais ministérios envolvidos nas negociações tratavam na dinâmica interna da ONU. Tratou-se, fundamentalmente, de uma decisão política do ex-presidente Lula, que pesou em especial os efeitos que tal proposta teria no debate eleitoral interno que viria a ocorrer em 2010, quando a sua candidata, Dilma Rousseff, enfrentaria, entre outros candidatos, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, militante histórica da causa ambiental.

Desta forma, este estudo buscará refletir sobre a posição brasileira a partir de três tipos de fontes distintas. Primeiro, analisando dois documentos oficiais, um publicizado pelo governo na página do Ministério do Meio Ambiente e outro elaborado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República criado em 2003, que tem como um de seus objetivos forjar consensos entre os diferentes setores da sociedade brasileira e o Estado em temas considerados

cruciais para o desenvolvimento da nação; Segundo, usando como fontes declarações públicas de autoridades brasileiras publicadas em veículos de comunicação; Finalmente, trata-se de um documento de Ministros do Meio Ambiente que o governo brasileiro assinou conjuntamente com seus parceiros regionais. Este último tipo de fonte pode ajudar ainda a entender como o Brasil está organizando suas posições para a Rio+20 no contexto da integração sul-americana que é tão valorizada pelo governo. As posições de Argentina e Equador também serão mobilizadas, para fins comparativos. De início, vale destacar alguns pressupostos que orientam a intervenção do país no debate da crise ambiental que toma curso na ONU.

O direito ao desenvolvimento e a exemplaridade do Brasil

Na última década, o Brasil experimentou um processo exitoso de desenvolvimento econômico e social, com crescimento do PIB acompanhado de distribuição de renda – algo inédito no país. Os resultados sociais foram virtuosos: significativa diminuição da miséria e igualmente importante redução do desemprego; aumento do consumo e ampliação de direitos.

Politicamente, o Brasil aproveitou este quadro para se consolidar como protagonista das relações internacionais, fortalecendo os blocos de integração regional (Mercosul) e criando novos (UNASUL), ampliando a cooperação sul-sul, com formação dos BRICS, G-77, do IBSA, além de demandar espaços internacionais de participação na ordem internacional, como é o caso do G-20 e da reivindicação de reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O mesmo movimento ocorre na especificidade dos debates acerca da crise ambiental causada pelo padrão degradante de relação entre a humanidade e a natureza. O Brasil procura atuar nos espaços do sistema ONU que tratam do tema a partir de uma autoridade política adquirida com os resultados da forma como organizou seu desenvolvimento nos últimos dez anos.

O documento do CDES denominado “Acordo Para o Desenvolvimento Sustentável” é enfático no que tange à construção da exemplaridade do Brasil na atual conjuntura internacional, com uma seção inteira dedicada a este tópico, onde consta que “o Brasil destaca-se no cenário internacional como parceiro solidário, portador não só de força econômica e riqueza natural e cultural, mas também de propostas práticas para o enfrentamento dos principais desafios econômicos, sociais, ambientais e políticos.” (p. 11)

O relatório segue afirmando que “a trajetória brasileira nos últimos anos, construída por governo e sociedade civil, tem demonstrado a possibilidade de gerar resultados positivos sobre emprego e renda” (Idem). O texto então cita o conjunto de iniciativas, estatais ou não, que sustentam o caminho brasileiro de desenvolvimento sustentável. Destaque para a redução da pobreza e da miséria, fortalecimento da rede de proteção social, desenvolvimento agrícola, marco regulatório ambiental e matriz energética limpa.

É interessante ressaltar ainda que este documento apresenta os países emergentes que se articulam em blocos como os BRICS e a UNASUL como portadores de autoridade similar à brasileira, no sentido em que comungam da disposição política e de práticas inovadoras de promoção do desenvolvimento sustentável. Afinal, ainda que reconheça que “o desafio é avançar nos acordos e transformá-los em ações concretas” segundo o documento está claro “o compromisso dos países emergentes de avançar em soluções multilaterais para os problemas globais, particularmente os relacionados ao desenvolvimento sustentável”. (p. 13)

O “Documento de Contribuição Brasileira à Rio+20”, texto oficial do Brasil, parte do mesmo pressuposto ao afirmar que “a reconfiguração geopolítica do mundo é marcada pelo maior dinamismo econômico dos países emergentes, impulsionado pelo êxito das políticas de redução da pobreza e de ampliação massiva dos mercados consumidores”. (p. 5)

De fato, no âmbito do continente americano se realizou entre os dias 01 e 03 de fevereiro de 2012 o Fórum de Ministras e Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, em cuja declaração final se encontra não apenas o compromisso com o “desarrollo sostenible” como também a afirmação de que “en el marco de las múltiples crisis que enfrenta la humanidad, desde la región de América Latina y el Caribe emergen nuevas visiones y propuestas alternativas al desarrollo en armonía con la naturaleza, que le permite aportar a la comunidad internacional retos renovadores al desarrollo sostenible”. (p. 2)

De forma combinada com esta afirmação do protagonismo brasileiro e da importância das nações em desenvolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável vem a defesa dos direitos que os países emergentes têm ao seu próprio desenvolvimento, desde que feito com base em uma relação sustentável com o meio ambiente.

Esta perspectiva tem sido reiterada pela presidente Dilma Rousseff em todas as suas declarações públicas sobre a Rio+20, inclusive no discurso que ela fez para os movimentos sociais no Fórum Social Temático, ocorrido em Porto Alegre, no mês de janeiro de 2012: “Assumimos que é possível crescer e incluir, proteger e conservar. Queremos que a palavra desenvolvimento apareça, de agora em diante, sempre associada à [palavra] sustentável⁵”.

A presidente brasileira fez questão de rechaçar tanto a visão de que é preciso parar o desenvolvimento econômico no mundo quanto a perspectiva de que, no caso dos países emergentes e das nações mais pobres, este desenvolvimento pode se dar em quaisquer bases. Disse ela que “a tarefa que nos impõe esse fórum e a Rio+20 é desencadear o desenvolvimento, a renovação de ideias e de novos progressos absolutamente necessários para enfrentar os dias difíceis que hoje vive ampla parte da humanidade”.

A declaração dos ministros latino-americanos e caribenhos sobre este tema é extensa e vale a pena

se reproduzida na íntegra, pois contém o conjunto de argumentos que sintetizam esta visão.

“ Afirmando que el derecho de los pueblos y los Estados al desarrollo implica el reconocimiento al derecho de las poblaciones para superar la pobreza, la eliminación de las condiciones que generan inequidad y exclusión, el ejercicio de derechos en armonía con la naturaleza, respetando a la Madre Tierra, y los derechos de los pueblos indígenas y comunidades locales, bajo los principios de la Agenda 21 y otros instrumentos relevantes, y la necesidad de que estos derechos sean implementados en el contexto de una visión de complementariedad de forma integral e interdependiente”. (p. 1)

Já o documento do CDES é mais econômico neste aspecto, se contentando em apontar o direito ao desenvolvimento como parte central da atuação brasileira no sistema multilateral, ao lado da “defesa dos interesses nacionais, da defesa da soberania” e do princípio “das responsabilidades comuns, porém diferenciadas” entre os países em desenvolvimento e as nações desenvolvidas.

É sobre estas bases que o debate em torno dos temas centrais da Rio+20 – economia verde e arquitetura institucional – se desenvolve no âmbito do Brasil e das suas articulações internacionais.

Desenvolvimento sustentável e economia verde

O conceito de economia verde não foi recebido com entusiasmo entre os países da América Latina, incluindo o Brasil. A declaração dos Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe sequer menciona o termo, nem para criticá-lo ou recusá-lo. A Argentina parte do diagnóstico de que não há consenso sobre o que significa este conceito e rechaça a possibilidade de que se substitua a noção de desenvolvimento sustentável (Documento Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible, p. 37-39). O mesmo se passa com o Equador (Documento de Insumo Rio +20), em posição que repercute o acúmulo coletivo da Aliança Bolivariana das Américas (ALBA):

⁵ Todas as declarações da presidente Dilma foram consultadas na página www.rio20.gov.br. 13/04/2012.

tal proposta padece de insuficiências crônicas na medida em que ignora “el BUEN VIVIR como una alternativa al desarrollo, como un nuevo paradigma que reemplaza al modelo imperante basado en el crecimiento económico infinito”. (p. 4).

Um fator que contribui para esta indiferença e/ou resistência é a forma como o conceito aparece nos documentos da ONU. No Rascunho Zero não há simplesmente nenhuma definição substantiva sobre o que vem a ser a economia verde. Apenas o que consta é que a economia verde é “um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável”, que deve continuar sendo “o objetivo principal”. O rascunho contém ainda uma ressalva de que “a economia verde não pretende ser um conjunto rígido de regras, e sim uma estrutura decisória que promova a consideração integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável, em todos os domínios relevantes dos processos decisórios público e privado”. (p. 5)

Não há qualquer outra discussão sobre o que vem a ser economia verde, e o termo acaba aparecendo sempre como objetivo vago que precisa ser alcançado. Apenas no informe do PNUMA intitulado “Hacia una Economía verde” que um debate mais substantivo sobre o tema vai aparecer.

Diante desta fragilidade conceitual, o quadro no Brasil é similar àquele de Argentina e Equador. O relatório do CDES não discute o conteúdo do termo, que vira sinônimo de desenvolvimento sustentável. Já o documento oficial do governo reconhece que não há um entendimento comum sobre o termo. Não obstante, há um capítulo inteiro dedicado ao tema, com uma coloração bastante crítica, segundo a qual “é preciso reforçar a ligação do conceito de economia verde com o de desenvolvimento sustentável, de forma a evitar uma leitura do conceito de economia verde que privilegie os aspectos de comercialização de soluções tecnológicas avançadas sobre a busca de soluções adaptadas às realidades variadas dos países em desenvolvimento. A economia verde, assim, deve ser um instrumento da mobilização pelo desenvolvimento sustentável e esse vínculo pode ser feito por meio do entendimento de “economia verde” como um programa para o

desenvolvimento sustentável, ou seja: um conjunto de iniciativas, políticas e projetos concretos que contribuam para a transformação das economias, de forma a integrar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental”. (p. 23)

Desta declaração é possível inferir que o país sede da Rio+20 discorda da forma como o conceito de economia verde aparece pela primeira vez nas formulações do PNUMA, em que trata-se de uma outra forma de organizar o atual padrão de consumo e produção, hoje majoritariamente “marrom”: “Durante décadas, para crear riqueza se ha seguido un modelo de “economía marrón” que no abordaba de manera sustancial problemas tales como la marginación social o el agotamiento de los recursos, con lo que todavía estamos lejos de alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio. La sostenibilidad sigue siendo un objetivo vital a largo plazo, y para alcanzarlo es necesario enverdecer la economía”. (p. 9)

Nas formulações das Nações Unidas, o conceito de economia verde não contempla a transformação das economias nacionais em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável e nem elabora sobre a criação de um novo padrão de consumo. O programa que é o núcleo central da economia verde tal como aparece no informe do PNUMA é voltado quase que exclusivamente para propostas no âmbito do mercado, que é justamente a vinculação que o Brasil pretende combater. Nas palavras do informe da ONU, é preciso “reducir o eliminar los subsidios perversos o perjudiciales para el medio ambiente y abordar las fallas del mercado debidas a externalidades o a la falta de información, mediante incentivos basados en el mercado, un marco regulatorio adecuado y compras públicas verdes, así como estimulando la inversión”. (p. 10).

É neste sentido que o Brasil propõe, no documento, acrescentar ao conceito de economia verde o termo “inclusiva”, trabalhando com a noção de “economia verde inclusiva como forma de conectá-la com o desenvolvimento sustentável e evitar uma restrição do conceito aos aspectos mercantis”. E é desta forma que o conceito será trabalhado ao longo do texto do governo, sempre acompanhado da noção de desenvolvimento sustentável, em especial

no capítulo dedicado às propostas concretas em temas como segurança alimentar, pesquisa científica e criação de novas tecnologias, erradicação da pobreza, geração de empregos, entre outros.

Concluindo, não apenas o Brasil incluiu um adjetivo ao conceito de economia verde, modificando radicalmente seu sentido, como é correto afirmar que nas formulações do país, em consonância com as posições de seus parceiros regionais, a noção de desenvolvimento sustentável segue sendo central, a qual o tema da economia verde deve ficar subordinado. Trata-se, portanto, de uma posição distinta da parte do governo brasileiro com relação à prioridade e autonomia que a economia verde tem no informe do PNUMA.

É possível concluir, inclusive, que a diferença entre o tratamento superficial que o Rascunho Zero confere ao tema da economia verde, algo bem distinto da prioridade e centralidade que esta noção adquire no informe do PNUMA, já reflita este quadro de pouco apreço pela economia verde por parte dos países em desenvolvimento de uma maneira geral e na América do Sul em especial, que já se posicionaram pela manutenção do conceito de desenvolvimento sustentável como organizador das soluções multilaterais para a crise ambiental.

Reforma da arquitetura institucional

O tema da institucionalidade necessária para a promoção do desenvolvimento sustentável tem se dividido em dois eixos. O primeiro consiste em pensar como a ONU pode centralizar em uma nova agência ou no fortalecimento da atual, o PNUMA, os esforços em direção à economia verde e ao desenvolvimento sustentável. Esta perspectiva tem recebido pouca atenção dos atores governamentais aqui analisados. Na declaração de Quito, algumas menções genéricas sobre o tema aparecem, sem propostas concretas. Por exemplo, quando afirma-se que “la problemática actual en torno del desarrollo sostenible requiere de reformas en la institucionalidad regional y global y que sus mecanismos de cooperación deben ser fortalecidos” (p. 2). Outro momento similar a este é o desejo expressado pelos ministros de que “en el futuro marco institucional para desarrollo sostenible se

revisen los roles y mandatos de los órganos de las Naciones Unidas para que se relacionen eficientemente actuando en forma coherente, coordinada y cooperativa sin sobreponer sus agendas, funciones y problemas similares”. (p. 5).

No documento argentino este debate não ganha corpo. Por exemplo, no tópico chamado de “requerimientos para un Desarrollo Sustentable”, a reforma institucional da ONU não aparece. E no relatório equatoriano existe apenas uma mensagem genérica que afirma “la necesidad de trabajar en un sistema simplificado, coordinado y coherente en el Sistema de la Organización de Naciones Unidas, con suficientes recursos y un mandato que pueda ser evaluado a la luz de los tres pilares del desarrollo sostenible”.

O Brasil não foge muito a este padrão. O relatório do CDES não menciona o tema da estrutura institucional. Já o documento oficial do governo defende uma “reforma do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), transformando-o em Conselho de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas” (p. 33) para que este assumira papel central na promoção do desenvolvimento sustentável e também a instituição de contribuição e participação obrigatória dos membros da ONU para o PNUMA. Ademais, o documento do governo apenas registra, de maneira genérica, sem propostas concretas, que “seria deseável unificar o discurso de cada Estado nos diversos organismos internacionais de que participam para dar maior coerência ao sistema. Em paralelo, os organismos internacionais deveriam pautar sua atuação pela visão integrada do desenvolvimento. Para que a sustentabilidade se incorpore, na prática, ao paradigma de atuação de todas as instituições econômicas, sociais e ambientais, é necessária a criação de um mecanismo de coordenação permanente de alto nível entre as instituições internacionais voltadas para o desenvolvimento”. (p. 35)

Existe, contudo, uma segunda dimensão deste debate que aparece com força, qual seja, a de como materializar certas condições que os atores consideram fundamentais para garantir o desenvolvimento sustentável, em especial no que concerne aos mecanismos de financiamento e transferência de

tecnologia e à adoção de indicadores com os quais seja possível aferir metas e objetivos estabelecidos por todos os países.

Na declaração dos Ministros do Meio Ambiente o tema do financiamento está presente em sete momentos diferentes, ocupando tanto a parte dos preâmbulos quanto aquela dedicada às propostas concretas. O mesmo ocorre com o tema da transferência tecnológica, que aparece em cinco tópicos ao longo do texto. Em ambos a reflexão está baseada na exigência de que tais apoios financeiros sejam “no condicionados”.

No documento da Argentina estas duas demandas, somadas ao tema dos indicadores, formam o núcleo fundamental dos “requerimientos para un Desarrollo Sustentable”. O Equador focaliza suas reflexões sobre este tema fundamentalmente no ponto das finanças, afirmando que é urgente “impulsionar la construcción de una Nueva Arquitectura Financiera internacional y regional para el desarrollo sostenible” com “la generación de fuentes innovadoras de financiamento”. (p. 6)

O Brasil entra neste debate de modo complexo e totalizador. Os dois documentos do país analisados neste trabalho procuram conferir igual importância à dimensão do financiamento, da tecnologia e dos indicadores. Este último, inclusive, recebeu um destaque no relatório do CDES, sendo o único dos três a figurar como um tópico em separado, onde o Brasil afirma que apenas o PIB não serve para “medir o grau de desenvolvimento de um país”, pois deixa de fora os aspectos social e ambiental, fundamentais para o conceito de desenvolvimento sustentável. Já o documento oficial do governo parte do diagnóstico de que “os recursos são ainda pouco previsíveis e prejudicam o estabelecimento de programas e ações estáveis voltadas a resultados de longo prazo. A dificuldade de acesso a recursos – que não respondem integralmente às necessidades financeiras efetivas dos países em desenvolvimento – continua a ser um dos fatores que mais prejudicam a implementação das decisões sobre desenvolvimento. Segue também inadequado o alinhamento da oferta de financiamento com as prioridades dos países parceiros, ocorrendo ainda interferências sobre as prioridades domésticas, com

a imposição de valores, modelos e tecnologias – sobretudo em países menos desenvolvidos”.(p. 25)

Diante de tal fato, o Brasil elaborou uma série de propostas que visam alterar esta realidade, por exemplo, determinando projetos que devem ser financiados nas áreas de consumo sustentável, eficiência energética, linhas de pesquisa voltadas para o desenvolvimento sustentável, sistematização e disseminação de iniciativas sustentáveis já existentes, entre outros.

Outro ponto central da agenda brasileira é a adoção impositiva de “novos indicadores para a mensuração do desenvolvimento” com a superação do PIB e a radicalização da lógica do IDH, que permanece frágil no sentido de orientar as políticas econômicas estatais.

O Brasil propõe ainda que seja obrigatório a todo o aparato estatal e empresas privadas com negócios junto ao Estado a publicação de relatórios sobre a adequação de suas atividades com os objetivos do desenvolvimento sustentável e também a criação do chamado “índice de sustentabilidade” que seria tão importante quanto os índices das bolsas de valores para a estabilidade das nações.

Enfim, não há como negar que neste campo o conjunto de propostas elaboradas pelo Brasil e demais países emergentes é sólido e bem elaborado, o que confere condições reais para que a Rio+20 tome decisões concretas.

Desta feita, o próximo passo será analisar a forma como a sociedade civil brasileira, sempre levando em conta suas redes internacionais, está se mobilizando para a conferência, formulando e se posicionando sobre os temas do desenvolvimento sustentável, economia verde e crise ambiental, pois não é possível elaborar um quadro completo da conferência apenas levando em conta a dimensão estatal do debate.

3. Mobilização e propostas da sociedade civil

Todos os fóruns da ONU sobre o meio ambiente contaram com intensa mobilização da sociedade

civil. Ainda que os movimentos sociais estejam aliados dos processos decisórios do sistema multilateral, sua capacidade de influenciar os governos e a burocracia das Nações Unidas é alta e conhecida⁶, e por isso tal participação foi constante e crescente desde 1992. Isto significa que não apenas as entidades cuja pauta é estritamente voltada para o tema ambiental se fazem presentes nas conferências, mas também o movimento sindical, organizações camponesas e indígenas, redes feministas e ONGs.

Ao longo destes 20 anos, estes diversos atores da sociedade civil elaboraram um conjunto de conceitos e propostas políticas bastante sofisticado, procurando fazer diagnósticos precisos dos problemas ecológicos atuais e também oferecer soluções e caminhos alternativos concretos e factíveis. Além disso, estes movimentos sociais construíram uma dinâmica de diálogos e convergências entre si na medida em que iam se deparando com os impasses que levaram o sistema ONU a fracassar, até aqui, na construção de um acordo internacional sobre crise ambiental e mudança climática.

Esta unidade da sociedade civil é particularmente verificada na América do Sul, tendo em vista o aprendizado que os ativistas sociais da região tiveram com as lutas comuns que travaram, ao longo dos anos 1990, contra o neoliberalismo, e isso tanto em nível nacional quanto regional, como no caso das Campanhas Contra a ALCA e do processo do Fórum Social Mundial.

Durante a Rio+20, o espaço de mobilização e convergência da sociedade civil será em um evento paralelo à cúpula oficial (o que já foi feito em outras COPs e encontros da OMC, Banco Mundial, FMI, e etc) chamado "Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental Contra a Mercantilização da vida e da natureza, em defesa dos bens comuns". O objetivo dos movimentos sociais é dar visibilidade à pauta elaborada por eles como solução para a crise ambiental, mobilizando setores mais amplos da sociedade brasileira e com isso pressionar os governos a produzirem respostas concretas durante a cúpula.

As entidades que estão liderando a construção da Cúpula dos Povos são brasileiras, em um procedimento comum nestes eventos, pois a sociedade civil do país anfitrião tem mais capacidade de pensar a estrutura, a logística e as melhores formas de organizar a mobilização dos ativistas do mundo todo. O movimento sindical através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) dirige o posicionamento de boa parte do sindicalismo internacional, em especial aquela representada pela Confederação Sindical das Américas (CSA). Os camponeses da Via Campesina, uma organização internacional que está presente em mais de 70 países do mundo, são representados neste processo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O mesmo ocorre com redes feministas como a Marcha Mundial das Mulheres, organizadas em 75 países e também no campo das ONGs, cujo protagonismo está em entidades nacionais como a FASE, o Jubileu Sul, a Vitae Civis entre outros. Estas são as entidades e organizações que serão analisadas aqui.

No caso da Rio+20 os movimentos sociais brasileiros ganham uma importância especial devido à abertura que o governo do Brasil tem para o diálogo com tais entidades. Assim, uma proposta que seja encampada pela presidente Dilma nas negociações da cúpula ganha força e publicidade, e os movimentos do país têm maiores possibilidades de diálogo com a presidenta.

Não obstante, o objetivo da negociação não é um ponto pacífico entre os movimentos sociais que se engajam na Cúpula dos Povos. Algumas entidades não acreditam ser possível superar a paralisia do sistema ONU enquanto ele for hegemônico pelas potências capitalistas que lucram com a manutenção do atual modelo de desenvolvimento. Outras, mesmo comungando do mesmo diagnóstico, pensam que o papel da sociedade civil global é pressionar os governos para estabelecer uma transição que supere o atual padrão de produção e consumo em direção ao desenvolvimento sustentável.

⁶Ver Medeiros, Josué e Oliveira, Tatiana (2011). Os movimentos sociais na América do Sul e a questão ambiental. In: Observador online. Número Especial v.6, n.08, ago. 2011

Estas duas posições compõem os dois campos políticos sob os quais se articulam os movimentos sociais brasileiros e suas redes internacionais. Em que pese ser possível identificar tais divergências – o que, aliás, já era esperado tendo em vista a multiplicidade de atores neste processo, com demandas, origens e matizes teóricos distintos – o que existe é um enorme esforço para que a sociedade civil organizada se apresente unificada nas mobilizações da Cúpula dos Povos.

Por um novo modelo de produção e consumo

O conjunto da sociedade civil engajada na organização da Cúpula dos Povos parte do mesmo diagnóstico sobre as causas da crise ambiental que atinge a humanidade e também sobre a incapacidade das Nações Unidas em pactuar uma solução: o modo de produção capitalista gera, estruturalmente, a crise ambiental que ameaça a vida na Terra. Para estes ativistas, é urgente superar a racionalidade capitalista que organiza a economia mundial em busca do lucro, sem se importar com os custos sociais e ambientais, a favor de um novo modelo de produção e consumo.

Em janeiro de 2012, no Fórum Social Temático, estes atores realizaram a “Assembleia dos Movimentos Sociais” que reafirmou que a luta da sociedade civil deve se dar “contra as causas de uma crise sistêmica, que se expressa em uma crise econômica, financeira, política, alimentar e ambiental, colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade”.

Esta visão também consta no “Borrador: documento de orientação metodológica para a construção da Cúpula dos Povos”, - elaborado coletivamente por diversas entidades como o Jubileu Sul, a FASE, ABONG, Ibase, Rebea, CESE e Amigos da Terra (Brasil), Intipachamama (El Salvador), Compa (Cuba) e Attac (França) para uma reunião dos movimentos sociais que ocorreu em Março de 2012 – quando afirma que um dos objetivos do evento da sociedade civil é a “denúncia das causas estruturais das múltiplas crises, falsas soluções e novas formas de reprodução

do capital”. Segundo o documento, “o processo da Cúpula dos Povos se dá no marco político da luta antisistêmica: anticapitalista, expressando a luta de classes, anti-racista, antipatriarcal e anti-homofóbica, contra a mercantilização da vida e da natureza, pela defesa dos bens comuns”.

A mesma responsabilização do capitalismo está presente nas formulações específicas dos movimentos sociais para a Rio+20. O documento da CUT intitulado “Rio+20: Uma Agenda Sindical Internacional Para O Desenvolvimento Sustentável” afirma que é preciso “se contrapor a um modelo de desenvolvimento avassalador e desordenado que tem imperado” no planeta e que fez do mundo uma bomba-relógio. Instalou uma crise econômica, social e ambiental de proporções gigantescas. Desarmar essa bomba passa por resolver a questão ambiental e eliminar a pobreza, a partir de um novo padrão de consumo e um novo modo de produção.

As entidades camponesas assinaram um “Llamado a la acción de La Vía Campesina: Recuperando nuestro futuro: Río+20 y más allá” onde dizem que foi o “modelo capitalista que causó el caos climático y otras profundas crisis económicas, sociales y ambientales”. E o dirigente do MST João Pedro Stédile declarou que os movimentos sociais precisam “levantar uma barreira a essa sanha insana dos grandes capitalistas representados pelas empresas transnacionais que está provocando desastres” através da crise ambiental.

Já a Marcha Mundial das Mulheres declara em seu manifesto sobre a Rio+20 que “a natureza não é infinita e a sua degradação está levando à escassez. No capitalismo, a escassez aumenta o valor de uma mercadoria, logo, a destruição da natureza passar a gerar lucro para o capital”. Contra isso, as “mulheres estão construindo um novo modelo: a mudança no modelo de produção deve estar articulada com a transformação no padrão de consumo”. Enfim, a sociedade civil organizada converge, do movimento sindical ao feminismo, passando por ONGs e camponeses, para a crítica anticapitalista.

A partir deste diagnóstico, os movimentos sociais que estão construindo a Cúpula dos Povos articulam suas opiniões sobre as possibilidades de encontrar uma saída para a crise ambiental por dentro da ONU, bem como sobre o conteúdo das propostas formuladas no âmbito das Nações Unidas, como o conceito de economia verde. E já de saída é possível identificar uma divergência importante quanto à opinião dos diversos movimentos sociais acerca do processo de desenvolvimento levado a cabo pelos governos progressistas da América do Sul.

Ocorre que, para algumas entidades e redes da sociedade civil, os governos da esquerda sul-americana estão simplesmente reproduzindo o modelo de produção e consumo dominado pelo capitalismo responsável pela crise ambiental. Em outra perspectiva, existem aqueles movimentos sociais que ressaltam as diferenças entre o tipo de desenvolvimento que está sendo praticado nos países sul-americanos, com distribuição de renda e redução da pobreza – que são condições para o desenvolvimento sustentável – algo bem distinto do padrão predatório das grandes potências capitalistas.

A Marcha Mundial das Mulheres critica a opção do governo brasileiro por reforçar o agro-negócio como aceitação da “divisão internacional do trabalho” promovida pela “globalização neoliberal”, ao passo que a CUT relembra que as nações da América do Sul “ainda têm desafios de desenvolvimento, de erradicação da pobreza para serem superados” e não devem abrir mão disso.

Não se trata apenas de uma discordância conceitual, mas sim de um tipo de divergências que vem provocando conflitos sociais mais ou menos intensos, a depender dos países. Os movimentos indígenas da Bolívia se opuseram fortemente à proposta do governo Evo Morales de construir uma estrada que passava no meio de uma reserva ambiental. Após intensas mobilizações populares o presidente recuou. Rafael Correa passou por situação semelhante com relação à exploração de recursos naturais na floresta amazônica;

Dilma Rousseff leva adiante a construção de mega-usinas hidroelétricas na floresta amazônica, como Belo Monte, apesar da resistência de parte dos movimentos sociais; houve ainda o conflito entre Argentina e Uruguai devido à construção de uma fábrica de celulose na fronteira entre os dois países, que mobilizou a sociedade civil de ambas as nações.

Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a crise da ONU

Se no que tange à visão de que o modo de produção capitalista é o grande responsável pela crise climática que atinge a humanidade foi possível encontrar uma opinião comum dos atores da sociedade civil organizada no processo da Cúpula dos Povos, o mesmo não se passa no que diz respeito a como se posicionar em relação às negociações com a ONU.

Neste tema as divergências aparecem, e são muito mais de ordem “metodológica”, isto é, sobre como deve se dar a participação dos movimentos sociais nas negociações oficiais, do que no que se refere à análise do conteúdo das propostas em debate, sobre as quais existe uma forte convergência das entidades em classificar o atual conjunto de propostas como “falsas soluções”. E isto é especialmente verdade para o conceito de economia verde.

A economia verde é um tema central da Rio +20, e vem sendo apresentada pela ONU como um instrumento para atingir o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza. Não obstante, não é assim que os movimentos sociais têm interpretado este conceito. A Assembleia dos Movimentos Sociais durante o FST deixa patente a diferença entre as opiniões: “A tentativa de esverdeamento do capitalismo, acompanhada pela imposição de novos instrumentos da economia verde, é um alerta para que nós, os movimentos sociais, reforcemos a resistência”, enquanto o “Borrador” afirma que a economia verde é apenas mais uma das “falsas soluções da crise” elaboradas pela ONU sob “hegemonia das transnacionais”. Já para a CUT, “o conceito de economia verde tem

sido tratado dentro do mesmo paradigma de exploração da natureza. Por isso, a transição de uma economia poluente para a verde não altera o modelo macroeconômico sobre o qual o capitalismo moderno foi construído”.

A Marcha Mundial das Mulheres denuncia a economia verde como mais uma forma de “aprofundar um modelo de produção e consumo baseado no crescimento econômico” e que, portanto, não visa “alterar as bases do modo de produção”. Dizem as feministas que “o discurso da economia verde consolida a lógica de mercantilização da vida e da natureza, em função dos lucros do capital”. E a Via Campesina destaca que a ONU acaba “propagando el mismo modelo capitalista que causó el caos climático y otras profundas crisis económicas, sociales y ambientales”, concluído que “la economía capitalista nunca será verde porque está requiere en la sobre explotación de los recursos naturales y del ser humano. Se basa en el crecimiento ilimitado en un planeta que ha llegado a sus límites y en la mercantilización de los bienes naturales que quedan y los recursos que han permanecido hasta ahora sin precio o bajo control del sector público”.

Esta situação de rejeição consensual ao conceito de economia verde é seguida por algumas nuances nas posições dos movimentos sociais em relação à forma como proceder diante das negociações. O movimento sindical, por exemplo, segue reivindicando o conceito de desenvolvimento sustentável, ao passo que outros movimentos têm questionado a validade deste termo após 20 anos da sua institucionalização na ECO-92.

Diz o documento da CUT que “o conceito de “desenvolvimento sustentável” representou importante conquista política” não apenas pelo seu conteúdo, mas também porque vinculou o tema ambiental com o econômico e o social. Apesar disso, a CUT reconhece que “a transformação rumo a uma economia com baixa emissão de carbono ainda é uma distante realidade no Brasil e no mundo” e denuncia o fato de que “em todo o mundo, povos sofrem as consequências da crise

financeira e climática, da crise alimentar e nutricional. Temos a urgente necessidade de adotar medidas eficazes e concretas para abordar estas questões e nos colocar no caminho do desenvolvimento sustentável”.

Neste sentido, os sindicalistas anunciam que “combateremos a ideia de uma economia verde que mercantiliza a natureza, produzindo saídas à crise ambiental pela via do mercado” ao mesmo tempo em que propõem uma mobilização ativa dos trabalhadores para a conferência, entendendo que a Rio+20 é “uma oportunidade para construir o legado para um mundo democrático, solidário e com cooperação entre os diversos povos.”.

Para garantir que esta oportunidade se efetive o movimento sindical pretende “pressionar pela negociação de convenções e instrumentos adicionais na área do desenvolvimento sustentável” a fim de construir um “amplo acordo, envolvendo governos e sociedade civil em torno de princípios e ações” rumo ao desenvolvimento sustentável. Em suma, a CUT pensa que a “Rio+20 poderá ser um divisor de águas entre “dois mundos”, ao “estabelecer esse novo modelo de desenvolvimento sob a dimensão da sustentabilidade, que atenda às gerações presentes, sem prejuízo de gerações futuras”.

Outros movimentos sociais acreditam que esta oportunidade levantada já foi perdida e que a Rio+20 não será divisor de águas por estar totalmente circunscrita ao mundo do capital. Para a Marcha Mundial das Mulheres, sequer a noção do desenvolvimento sustentável pode servir de referência para a sociedade civil, porque “tem sido utilizada para aprofundar um modelo de produção e consumo baseado no crescimento econômico”. E ainda critica a ONU por se pautar em “mecanismos de mercado” que “além de mais uma vez deixar para o mercado resolver a crise que ele mesmo criou, reconcentram riqueza e poder nas mãos das empresas transnacionais e dos países ricos”. Os camponeses partilham do mesmo ceticismo das feministas em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo o manifesto da Via Campesina “La idea del “desarrollo sostenible” presentada en 1992, cual fusionó las

preocupaciones del “desarrollo” y del “medio ambiente”, no pudo resolver estos problemas porque no freno al sistema capitalista”.

O MST, em sua página da internet, afirma que “o atrelamento da Rio+20 com os interesses do mercado” é grave e “chega a ser escandaloso” na medida em que “há uma clara intencionalidade na Rio+20” em “lançar para o mundo a síntese das falsas soluções” pelo mercado. Para concluir, a Via Campesina apresenta ainda uma crítica específica à forma como a pauta dos camponeses vem sendo debatida no processo das Nações Unidas: “en las negociaciones oficiales no se ha hecho la distinción entre la agricultura industrial y la agricultura campesina. Tampoco se han explicitado las diferencias entre sus efectos sobre la pobreza, el clima y otros problemas sociales a los que nos enfrentamos”.

Diante de opiniões e expectativas tão distintas, não é surpresa que os documentos elaborados conjuntamente não contenham opiniões sobre o desenvolvimento sustentável ou a expectativa sobre a Rio+20. O “Borrador” menciona que os movimentos discordam de “metas de desenvolvimento sustentável” já que todos defendem a mudança do modo de produção e consumo. Ademais, o “borrador” deixa claro ainda que “as redes terão livre decisão sobre sua participação” o que transparece que neste ponto o consenso não será construído e que isto não prejudica as mobilizações conjuntas.

Transição justa e novos paradigmas

Trata-se agora de abordar uma terceira dimensão da atuação das entidades e ativistas sociais na Rio+20, qual seja, a das propostas alternativas que os movimentos sociais estão formulando seja para apresentar nos marcos das negociações seja para debate no âmbito da Cúpula dos Povos. No primeiro caso está o movimento sindical, tanto pelo que já foi exposto, mas também pela característica negociadora que é inerente ao sindicalismo.

E nas negociações encaminhadas pela CUT e por seus parceiros, a noção de transição justa é chave. Esta noção afirma que a mudança do atual modelo de produção e consumo em direção ao

desenvolvimento sustentável será feita em um processo de “adaptação” das sociedades hoje baseadas no capitalismo e é preciso garantir que “não será o trabalhador/a que pagará novamente pela conta do modelo injusto de desenvolvimento”.

Isto significa garantir medidas que não gerem desemprego ou aumento da miséria, bem como estabelecer claramente que o financiamento de tais mudanças deve vir do capital, e não da classe trabalhadora. A transição justa implica ainda em instituir uma série de mecanismos de aferição das obrigações e resultados que esta adaptação vai gerar, tais como “instrumentos que vão financiar o desenvolvimento sustentável”; criação de condicionalidades com a definição de como “vão se acomodar dentro de cada país”; criação de indicadores, metas e métodos de avaliação universais.

A CUT apresenta propostas concretas, gerais e específicas para o mundo do trabalho. No primeiro caso está “a criação de uma taxa de transações financeiras internacionais, a ampliação dos sistemas de proteção social e garantia dos mesmos e, por fim, metas de criação de empregos verdes com base no trabalho decente”. No segundo, encontra-se a “reestruturação do mercado de trabalho, superando a fragmentação e a precarização dos contratos, o combate à informalidade e o reforço às alternativas de trabalho”.

O que é interessante na proposta cutista é que ela contém uma série de temas que formam a centralidade das alternativas apresentadas pelo movimento feminista e camponês. Para a CUT, “atividades baseadas no uso sustentável da natureza, a partir das especificidades dos biomas como a pesca, o trabalho extrativista, a agricultura familiar, economia solidária” são fundamentais para a construção do desenvolvimento sustentável.

De fato, não seria verdadeiro afirmar que tais pautas não são tratadas no âmbito do movimento sindical, ainda mais diante da existência do sindicalismo rural que lida com estas questões cotidianamente. Apenas é preciso registrar que em outros movimentos estes temas são o núcleo estrutural da solução apresentada por eles para a

crise ambiental, o que não ocorre com a CUT. É neste sentido que parcela expressiva dos movimentos sociais engajados na Cúpula dos Povos fala em novos paradigmas apresentados pela sociedade civil organizada a partir dos seus processos de luta e resistência contra o capital e também através das suas práticas cotidianas. O documento da Marcha Mundial das Mulheres diz que “as mulheres constroem em seu cotidiano alternativas concretas à economia dominante, articulando transformações na produção, na reprodução e no consumo. As verdadeiras soluções para a crise enfrentada atualmente são construídas pelos povos, e em particular pelas mulheres, em uma luta cotidiana por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana”.

Do mesmo modo, os camponeses da Via Campesina defendem “el bienestar de todos y todas a través de la implementación de la soberanía alimentaria y la protección de los recursos naturales”, o que será atingido através de “una reforma agraria auténtica que distribuya y redistribuya la tierra —el principal factor de producción— teniendo en cuenta a las mujeres y jóvenes”. E também “la producción sostenible de alimentos a pequeña escala para el consumo comunitario y local” através de “una producción basada en la agroecología” e “gestión colectiva de los recursos”. Por fim, os momentos em que a sociedade civil elabora declarações conjuntas também expressam os novos paradigmas, como ocorreu na Assembleia dos Movimentos Sociais: “Comprometidos com nossas lutas históricas, defendemos o trabalho decente e a reforma agrária como único caminho para dar impulso à agricultura familiar, camponesa e indígena e passo central para alcançar a soberania alimentar e a justiça ambiental. Reafirmamos nosso compromisso com a luta pela reforma urbana como instrumento fundamental na construção de cidades justas e com espaços participativos e democráticos”.

O “Borrador” também enfatiza a perspectiva dos novos paradigmas, definindo como uma das prioridades da Cúpula dos Povos a promoção de debates e atividades sobre “que experiências temos de resistência e transformação desta realidade que representam soluções dos povos e como torná-las

hegemônicas”, além de preconizar que a própria organização da Cúpula deve se basear nestas que são as “verdadeiras soluções dos povos”, ou seja, a agroecologia e a economia solidária devem ser “a base da alimentação e da economia interna” do evento da sociedade civil organizada.

Entre novos paradigmas e a transição para o novo modelo, entre a crítica uníssona à economia verde e a polifonia relativa ao desenvolvimento sustentável e ao papel da ONU e dos governos, em meio a um pano de fundo comum de crítica ao capitalismo, a sociedade civil organizada se mobiliza e se engaja no processo da Rio+20 em busca de uma solução para a crise ambiental e a favor da construção de um novo modelo de produção e consumo. A Cúpula dos Povos será o ponto máximo desta mobilização e convergência.

4. Conclusão

O ceticismo diante das possibilidades de que a Rio+20 resolva a crise ambiental é generalizado, envolve inclusive os governos progressistas, e não apenas os movimentos sociais. Ainda que os governos não venham a público admitir que não alimentam expectativas quanto à adoção de medidas concretas ao final da conferência, este sentimento existe, e pode ser traduzido, dentro do governo brasileiro, pela fala da Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, que durante o Fórum Social Temático, afirmou que a Rio+20 “na realidade, é um debate que inicia um processo. A conferência estabelece processos, uma visão de médio prazo, novos compromissos e novos engajamentos”.

Desta forma, se existe baixa esperança por parte de governos e sociedade civil, em que bases estão se dando os diálogos entre estas duas dimensões? Mais do que isso, é possível pensar em possibilidades e caminhos para uma relação mais conjugada destes dois polos?

Também durante o Fórum Social Temático, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, fez um discurso que marcou o início de uma relação de diálogo mais concreto com a sociedade civil organizada do país. Até então, durante seu primeiro ano de mandato, nenhum canal de conversa entre a

mandatária brasileira e o conjunto das entidades sociais havia sido estabelecido.

Em sua fala, a presidente Dilma conclamou os movimentos sociais a formular e politizar a sociedade brasileira com uma crítica anticapitalista e antisistêmica, especialmente nos debates sobre desenvolvimento sustentável. Segundo ela, este não era o papel do governo, que tinha por obrigação melhorar a sua gestão para garantir que as metas coletivas da erradicação da miséria, geração de emprego, distribuição de renda e universalização proteção social fossem cumpridas.

Não há como negar que os movimentos sociais estão cumprindo este papel. Como foi visto, em que pese algumas divergências sobre as possibilidades de negociação junto à ONU e também as especificidades de cada base social, há um amplo grau de acordo de que o centro da luta da sociedade civil se dá nos marcos da adoção de um outro padrão de produção e consumo distinto do capitalismo e de sua racionalidade do lucro desmedido.

Para além desta importante constatação, outro ponto merece destaque: nos documentos oficiais dos governos da América do Sul aqui analisados a presença deste diagnóstico é forte e orienta as formulações e propostas que os Estados estão articulando para a Rio+20. A Argentina afirma sobre isso que “en síntesis, la crisis ambiental actual se debe a la irresponsabilidad de los patrones dominantes de producción y consumo, apareciendo los límites del crecimiento económico. No se trata sólo de una crisis ecológica, en términos de pérdida y degradación ambiental, sino de la crisis de un modelo económico, tecnológico y cultural que ha depredado la naturaleza, negado las culturas alternas y subvalorado la diversidad cultural, mientras que privilegia un modo de producción y un estilo de vida insustentables que se han vuelto hegemónicos en el proceso de globalización”.

O Equador segue o mesmo caminho, quando diz que é necessário construir “un compromiso real de modificar los patrones insostenibles de producción y consumo, principalmente de los países desarrollados”. (p. 2) E o Brasil enfatiza

em seu documento que “os padrões atuais de produção e consumo, altamente intensivos em recursos naturais e frequentemente ineficientes em seu uso, são insustentáveis no médio e longo prazos. Somente se estes padrões forem modificados, parcelas crescentes da humanidade poderão alcançar níveis adequados de bem-estar social, ambiental e econômico”.

Apesar disso, os padrões não mudam. Em todos os balanços positivos que os governos progressistas da América do Sul fazem de suas realizações, a transformação do atual padrão de produção e consumo característico do capitalismo não está entre eles. Ainda que em suas avaliações a esquerda sul-americana possa, nos mais diferentes países, apresentar aspectos positivos de sua política ambiental (redução do desmatamento no Brasil, conceito de Bem Viver no Equador, por exemplo), de fato, nenhum país tem algo concreto para apresentar no que se refere às transformações substantivas no tipo de desenvolvimento capitalista.

Trata-se de uma contradição fundamental que atinge a prática das esquerdas no poder desde o início do século XX. A conquista eleitoral não implica em conquista do poder total, em capacidade de implementar o programa máximo. São necessárias mediações, concessões, pactos.

Mais do que isso, a dinâmica do crescimento econômico e das reformas realmente muda a vida das pessoas para melhor e, por óbvio, gera dividendos eleitorais. Não é possível negar, tomando como exemplo o Brasil, que retirar cerca de 30 milhões de pessoas da miséria seja algo bom. Mesmo que neste processo os atuais padrões de produção e consumo tenham se intensificado.

Em outras palavras: segundo o IBGE, em janeiro de 2012, o Brasil atingiu a menor taxa de desemprego de sua história, 5,5% da população economicamente ativa. Como convencer uma sociedade que apresenta tal desempenho econômico de que os custos desta conquista são maiores do que os benefícios? Como hegemonizar o debate político com este tipo de posição?

É claro que as contradições dos governos progressistas não se exprimem apenas desta maneira positiva, no sentido em que representam melhores condições de vida para a população. Exemplos negativos também podem ser mobilizados, como a manutenção de parte da política econômica neoliberal por Lula, no Brasil, que foi altamente contestada por grande parte da esquerda, inclusive provocando a ruptura de parcela minoritária, porém importante, da base social do PT.

Ainda assim, o que a coincidência entre o diagnóstico dos governos progressistas da América do Sul e aquele dos movimentos sociais evidencia é que existem pontos de contato, uma visão de mundo comum que pauta a análise que os militantes de cada uma destas esferas – Estado e sociedade civil – fazem do mundo atual.

A esquerda como um todo, enquanto um movimento plural, diverso, heterogêneo, tem em comum o repúdio ao modo de produção capitalista, cultiva valores como solidariedade, igualdade, liberdade, emancipação que são absolutamente antitéticos com a racionalidade capitalista da acumulação, do lucro, da naturalização das explorações, da violência, da miséria.

Não é por acaso, apenas para citar um exemplo recente, que na América do Sul estes mesmos setores da esquerda (governo e movimento social) que hoje estão um tanto quanto cindidos em duas dinâmicas distintas, ontem estavam unificados na luta contra o neoliberalismo.

A ideologia neoliberal foi, em final do século XX, a forma moderna de manifestação da razão do capital. A valorização do privado, do individualismo, a destruição das utopias, das perspectivas de mudança, a mercantilização dos sonhos e dos desejos, a financeirização da vida e dos direitos, todos são aspectos simbólicos e concretos que sintetizam o drama vivido para o pensamento e prática da esquerda durante a hegemonia do neoliberalismo.

Apesar de tudo, ou justamente, por causa de tudo isso, a esquerda se unificou, resistiu,

lutou, mobilizou a sociedade civil contra estas ideias, penetrou no Estado por pequenas brechas, buscando apresentar contra-exemplos, alternativas que mantivessem a esperança de transformações vivas e atuais. Os processos de unidade dos movimentos sociais e partidos de esquerda foram muitos e virtuosos. O Grito dos Excluídos, a Campanha Contra a ALCA, o Fórum Social Mundial, a prefeitura de Porto Alegre, a prefeitura de Belém, a força da CUT diante dos ataques da reestruturação produtiva, a irrupção do MST contra a secular injustiça agrária, as feministas em marcha contra o patriarcado, estudantes e juventude lutando pelo futuro.

Tal foi a força destes movimentos animados pela esquerda que o neoliberalismo foi derrotado na América do Sul. Inicialmente se trata de uma derrota eleitoral e política que, se não altera a vitalidade da razão do capital nas sociedades sul-americanas, ao menos cria novas e melhores condições para que este combate seja travado. Mesmo com as contradições.

Afinal, não apenas os valores e a visão de mundo que orientam a esquerda no governo seguem sendo antagônicos àqueles do capital, como muitas das ideias e propostas defendidas pela esquerda como alternativas ao neoliberalismo passaram a ser estimuladas a partir do Estado. Mesmo que se aponte o caráter periférico de algumas iniciativas, a verdade é que o governo Lula, apenas para ficar no Brasil, estimula redes de economia solidária, investe na agricultura familiar, dialoga de forma democrática com a sociedade civil.

Estas medidas são, como foi visto, a base do que alguns movimentos sociais chamam de novo paradigma. O fato de não serem priorizadas pelos governos progressistas apenas confirma o caráter contraditório deste processo de vitórias da esquerda contra o projeto neoliberal, posto que estas vitórias são parciais, já que o neoliberalismo conserva grande parte da sua força, no plano dos valores, vide o papel da grande mídia em reforçar e propagar os valores do individualismo e da mercantilização da vida e também no “mundo concreto”, no próprio Estado por exemplo.

Mas, apesar destes impasses, o que o debate acerca da crise ambiental pode gerar é exatamente a retomada de uma dinâmica de convergência das forças e setores da esquerda sul-americana na construção de um projeto unitário, baseado na necessidade de que é preciso fundar um novo paradigma social-ambiental para a vida humana. Este novo paradigma deve ser construído em um processo transitório que envolve e articula todas as possibilidades de luta existentes, desde a formação de redes com práticas alternativas à razão do capital até a disputa e ocupação do Estado.

A crise ambiental pode cumprir o mesmo papel, no século XXI, que o neoliberalismo exerceu nos anos 1980 e 1990. Na medida em que significa a vitória definitiva do capital, com toda a destruição que isto acarreta, pode gerar um tipo de resistência unificada da esquerda capaz de evitar esta catástrofe civilizacional afirmando um conjunto de valores e práticas totalmente distintos.

24

As posições semelhantes que sociedade civil e governos da América do Sul têm com relação aos temas fundamentais da Rio+20 – diagnóstico anticapitalista com a defesa de um novo padrão de produção e consumo; reconhecimento de que tais mudanças se darão em um processo transitório, no qual o papel do Estado é igualmente central às novas práticas já em curso no âmbito da sociedade civil – podem vir a se sobrepor às cisões e divergências surgidas da prática contraditória que a esquerda teve desde que assumiu o governo em diversas nações.

Isto não significa afirmar que a sociedade civil deverá paralisar suas lutas contra aquilo que considera negativo das realizações dos governos progressistas. Trata-se, na verdade, de não transformar este combate em ruptura definitiva e, ao contrário, de combiná-lo com um esforço de pactuação com a esquerda que está no Estado. Esta, por seu turno, precisa fazer um esforço para superar o peso que a institucionalidade exerce sobre a criatividade e sobre o saber estratégico, utópico, transformador, retomando suas conexões com os movimentos sociais em sentido

pleno, e não apenas instrumental, como pode ocorrer algumas vezes.

Este poderá ser o resultado mais expressivo do processo de mobilização que envolveu Estado e movimentos sociais para a Rio+20 tendo em vista a baixa expectativa quanto às soluções concretas nesta conferência.

Bibliografia e Fontes:

Lima, Maria Regina Soares (2008). Desempenho de governos progressistas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Edições Luperj, 2008.

Medeiros, Josué e Oliveira, Tatiana (2011). Os movimentos sociais na América do Sul e a questão ambiental. In: Observador online. Número Especial v.6, n.08, ago. 2011

Mineiro, Adhemar (2010). Comentários Sobre a Política Econômica brasileira entre 2003 e 2008. In: Bustos, Pablo. Consenso Progressista. Política Econômica de Los Gobiernos Del Cono SUS: Elementos Comunes, Diferencias Y Aprendizajes. Buenos Aires: 2010.

Sader, Emir. (2003). A Vingança da História. São Paulo: Boitempo, 2003.

Documentos oficiais e outras Fontes:

Assembléia dos Movimentos Sociais. Declaração final. Porto Alegre. 2012. In: <http://www.mst.org.br/node/12890>

Central Única dos Trabalhadores – Brasil. Rio + 20: Uma Agenda Sindical Internacional Para O Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 2012. Mimeo.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Acordo Para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2011. In: <http://www.cdes.gov.br/noticia/25375/cdes-encaminha-acordo-para-o-desenvolvimento-sustentavel-a-comissao-nacional-que-organiza-a-rio20.html>

Cúpula dos Povos. Documento Guia - Dinâmica e Metodologia da Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns. Rio de Janeiro, 2012. In: <http://cupuladospovos.org.br/2012/04/para-entender-a-dinamica-da-cupula-dos-povos/>

Foro de Ministras y Ministros de Medio Am-

biente de América Latina y el Caribe. Declaración de Quito. Quito, 2012. In: <http://alainet.org/active/52568&lang=es>

Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres dizem não ao capitalismo verde! 2012. Mimeo.

Ministério do Meio Ambiente Brasil. Documento de Contribuição Brasileira à Rio + 20. Brasília, 2011. In: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/rio20_propostabr_182.pdf

Organização das Nações Unidas. O Futuro que queremos – rascunho zero. Nova Iorque, 2011. In: http://rio20.net/wp-content/uploads/2012/01/Zero_draft_PT.pdf

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Hacia una economía verde: Guía para el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza - Síntesis para los encargados de la formulación de políticas. Nova Iorque, 2011. In: http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_sp.pdf

República del Ecuador. Insumos Para El Documento de Compilación Para la Conferencia de las Naciones Unidas Sobre Desarrollo Sostenible RÍO + 20. Quito, 2011. In: <http://www.uncsd2012.org/rio20/content/documents/281DocumentoinsumoONURio20-revmfe1nov.pdf>

Secretaria de Ambiente e Desarrollo Sustentable de la Nacion Argentina - Documento Conferencia de Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible. Buenos Aires, 2011. In: <http://www.ambiente.gov.ar/archivos/web/SUBordenamiento/file/DocumentoRio+20%281%29.pdf>

Vía campesina. Llamado a la acción de La Vía Campesina: Recuperando nuestro futuro - Río +20 y más allá. 2012. In: http://viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=1318:recuperando-nuestro-futuro-rio-20-y-mas-alla&catid=46:cambios-climcos-y-agro-combustibles&Itemid=79

A FES no Brasil

Fundada em 1925, como legado político do primeiro presidente alemão democraticamente eleito, a Fundação Friedrich Ebert (FES) é a mais antiga das seis fundações políticas alemãs, com quase 600 funcionários e atividades em mais de 100 países.

A representação da Fundação Friedrich Ebert no Brasil (FES Brasil) está organizada em quatro áreas de atuação: Estado e sociedade, mundo do trabalho, inclusão social e política internacional. Cada uma dessas áreas desenvolve projetos diferenciados, que se relacionam entre si, mas que possuem uma identidade própria.

A área Estado e Sociedade visa a contribuir para o aperfeiçoamento do Estado, de seu modelo de desenvolvimento, de suas políticas públicas e da relação da sociedade civil com os governos. O foco dos diferentes projetos atende ao desejo de contribuir para a modernização do Estado e para o fortalecimento da participação da sociedade civil na tomada de decisão em políticas públicas, tanto no Brasil como em parceria com os demais escritórios da FES na América Latina.

A área Mundo do Trabalho é a mais tradicional da Fundação Friedrich Ebert e é desenvolvida em quase todos os países onde a FES está presente. No Brasil, essa área de trabalho busca fortalecer a capacidade dos sindicatos para intervir na defesa dos interesses da classe trabalhadora, considerando e valorizando a sua heterogeneidade (de gênero, raça/etnia, geracional, dentre outras) e a diminuir a assimetria na relação entre capital e trabalho.

Junto com os sindicatos, a representação brasileira da OIT, instituições de pesquisa do meio sindical e trabalhista bem como o governo, a FES tem trabalhado em três dos quatro pilares do conceito de trabalho decente: direitos dos trabalhadores, proteção social e diálogo social.

Em Inclusão Social, a FES Brasil desenvolve projetos com governos, sociedade civil e partido político na busca da promoção da igualdade de gêneros e racial, dos direitos das juventudes, do aumento da efetividade das políticas de segurança pública e da democratização dos meios de comunicação. Nesta área, a FES também tem acompanhado e apoiado o envolvimento de mulheres do campo da esquerda para articulação e incidência nos espaços em que as mulheres se afirmam como sujeitos políticos e de direitos e contribuem para a alteração das desigualdades de gênero na sociedade brasileira.

Para ampliar a capacidade de elaborar propostas e compreender o impacto das decisões internacionais na arquitetura política e financeira internacional, a FES Brasil desenvolve na área Política Internacional projetos em cooperação com organizações da sociedade civil e instituições governamentais. Esta área contribui para intensificar o diálogo entre os poderes emergentes e os já estabelecidos, com vistas a descobrir e examinar possibilidades de cooperação política.

Temas da agenda global são incluídos sistematicamente no trabalho de projeto nacional realizado pela FES Brasil com a intenção de discutir a grande relevância dos desafios globais para o país e desenvolver posições neste sentido junto com nossos parceiros mais importantes, ou seja, CUT, PT, ONGs e governos progressistas.

Em todas essas áreas, a FES desenvolve sistematicamente projetos em parceria com nossos escritórios na América Latina, Bruxelas, Nova Iorque e Berlim. A FES Brasil também apóia missões de intercâmbio técnico e político no contexto do diálogo entre Brasil e Alemanha, assim como projetos de pesquisa específicos sobre integração regional.

Nossas publicações

Série Análises e Propostas

Nº 42, 2011 – Seguridade social: a experiência brasileira e o debate internacional
Eduardo Fagnani

Nº 41, 2011 – Cenários do desenvolvimento do Brasil 2020: terra do capitalismo selvagem; o gigante com pés de barro; rumo ao país do futuro
Alexandre Freitas Barbosa (org.)

Nº 40, 2010 - A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro
Cassio Luiz de França e
Michelle Ratton Sanchez Badin

Nº 39, 2009 - Macroeconomia para o desenvolvimento
João Sicsú

Nº 38, 2009 - Desenvolvimento econômico e Infra-estrutura no Brasil: dois padrões recentes e suas implicações
Miguel Bruno e Renaut Michel B. da Silva

Nº 37, 2009 - O direito à proteção social: perspectivas comparadas
Lena Lavina e Bárbara Cobo

Nº 36, 2009 - Desenvolvimento, planejamento e atores sociais: conceito e experiências
Gilberto Maringoni

Nº 35, 2009 - As políticas de igualdade racial no Brasil
Matilde Ribeiro

Nº 34, 2007 - A segurança como um desafio moderno aos direitos humanos
Marcos Rolim

Nº 33, 2006 - Política Municipais de Segurança Cidadã: problemas e soluções.
Paulo de Mesquita Neto

Nº 32, 2004 – A regulação internacional dos subsí-

dios à exportação: uma reflexão sobre a necessidade de proteção da agricultura familiar brasileira
Adriana Dantas

Nº 31, 2004 – Por que o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torná-lo eficaz?
Jörg Meyer-Stamer

Série Policy Paper

Nº 30, 2002 – Desenvolmto Local e Sustentável
Sérgio Andréa

Nº 29, 2002 - Internet: a quem cabe a gestão da infra-estrutura?
Carlos Alberto Afonso

Nº 28, 2001 - Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Clusters, Política de Localização e Competitividade Sistêmica
Jörg Meyer-Stamer

Nº 27, 2001 - Principais Aspectos Jurídicos da Reforma Trabalhista no Cone Sul.
Mauro de Azevedo Menezes

Nº 26, 2000 - Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?
Carlos A. Afonso

Nº 25, 1999 - Liberdade Sindical e Representação dos Trabalhadores nos locais de trabalho no Brasil - Obstáculos e desafios.
José Francisco Siqueira Neto

Nº 24, 1999 -Tribunais do Trabalho na República Federal da Alemanha.
Wolfgang Däubler

Nº 23, 1999 - Estimular o crescimento e aumentar a competitividade no Brasil: Além da política industrial e da terceirização da culpa.
Jörg Meyer-Stamer

- Nº 22, 1998 - Responsabilidade individual e responsabilidade coletiva - Exemplos internacionais de política social e salarial.
Andreas Esche
- Nº 21, 1997 - Pobreza no Brasil: quatro questões básicas.
Ricardo Barros, José Márcio Camargo, Rosane Mendonça
- Nº 20, 1996 - ISO 9000.
José Augusto Fernandes
- Nº 19, 1996 - Ambiente Econômico e Resposta Empresarial: o ajuste da indústria brasileira nos anos 90.
Paulo Fernando Fleury
- Nº 18, 1996 - Pequenas Empresas: problemas estruturais e recomendações de política.
Edward J. Amadeo
- Nº 17, 1995 - Diretrizes para a Política Social.
Francisco E. Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão
- Nº 16, 1995 - Encargos Trabalhistas, Emprego e Informalidade no Brasil.
Edward J. Amadeo
- Nº 15, 1995 - Seguridade Social no Brasil: uma Proposta de Reforma.
Francisco E. Barreto de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão
- Nº 14, 1995 - A Indústria Automobilística no Brasil: Desempenho, Estratégias e Opções de Política Industrial.
José Roberto Ferro
- Nº 13, 1995 - Formação Profissional: Teses a partir das Experiências Alemã e Japonesa.
Walter Georg
- Nº 12, 1994 - Negociações Coletivas e Relações Industriais no Brasil: Temas e Propostas.
Edward J. Amadeo
- Nº 11, 1994 - A Transformação Competitiva do Complexo Eletrônico Brasileiro: Análise e Estratégia de Ação.
Claudio Frischtak
- Nº 10, 1994 - Inserção do Brasil no Comércio Mundial e Competitividade de suas Exportações: Problemas e Opções.
Jorge Chami Batista
- Nº 9, 1994 - Notas sobre Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho no Brasil.
Edward J. Amadeo
- Nº 8, 1994 - Política Econômica e Distribuição de Renda no Brasil: Uma Agenda para os Anos 90.
André Urani.
- Nº 7, 1993 - Existe um Estado Pós-Fordista? Reforma e Funções do Estado Brasileiro no Novo Paradigma.
José Luis da Costa Fiori
- Nº 6, 1993 - Sistema de Inovação e Modernização Tecnológica.
Cláudio Frischtak, com colaboração de Sergio Thompson Flores
- Nº 5, 1993 - A Reestruturação da Indústria Brasileira. Situação Atual, Opções, Recomendações.
Rogério Valle
- Nº 4, 1993 - Educação Brasileira: Consertos e Remendos.
Claudio de Moura Castro
- Nº 3, 1993 - Regulamentação do Capital Estrangeiro no Brasil: Subsídios para a Reforma Constitucional.
Bernard Appy, Cristian Andrei, Fernando A. de Arruda Sampaio
- Nº 2, 1993 - Premissas para a Reforma Constitucional.
Bernard Appy, Cristian Andrei, Fernando A. de Arruda Sampaio
- Nº 1, 1993 - O Brasil precisa de um Banco Central independente? Opções e problemas.
Barbara Fritz